

O CULTO AOS HERÓIS NO "LEÃO DO NORTE"

João Ricardo de Castro CALDEIRA*

I - APRESENTAÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar o projeto dos sócios do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano (IAGP) de conquistar, para os heróis pernambucanos, a posição de heróis nacionais, entre os anos de 1862 e 1893. O marco inicial desse período corresponde ao ano de fundação do IAGP, e o marco final ao da consolidação de Tiradentes como herói nacional, encerrando o projeto dos sócios do Instituto. Para fins desta pesquisa, esse período foi dividido em dois momentos: Império (1862-1889) e República (1889-1893), possibilitando observar relações entre o projeto dos sócios do IAGP e a mudança de regime político**.

Para fins desta pesquisa, os principais documentos analisados foram os artigos de História publicados pelos membros do IAGP na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*¹. Para o

(*) Doutorando em História Social-USP. Bolsista FAPESP.

(**) Este texto é uma síntese do trabalho de iniciação científica que realizei durante meu curso de graduação em História na Universidade de São Paulo (USP), sob a orientação da Profa. Dra. Maria Lígia Coelho Prado. A pesquisa foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), à qual agradeço nesta oportunidade.

(1) As revistas são citadas nas notas ao presente texto como *RIAGP*; os números entre parênteses correspondem ao ano de publicação das mesmas. Esta pesquisa foi realizada na Biblioteca do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da USP, tendo contado com o inestimável auxílio de Maria Itália Causin, a quem desejo registrar meu agradecimento.

momento republicano, a análise desses artigos remeteu-me a outros documentos, como os seguintes: Decreto do Governo Provisório instituindo o dia 21 de abril como feriado nacional em homenagem a Tiradentes; registro da comemoração desse mesmo feriado em jornais; e o debate entre Senadores acerca da construção de uma estátua de Tiradentes no Rio de Janeiro, que se encontra registrado nos Anais do Congresso Nacional. Essa documentação possibilitou-me observar a consolidação de Tiradentes como herói nacional, enquanto nas Revistas do IAGP analisava as reações dos sócios daquele Instituto.

II - A HISTÓRIA DE PERNAMBUCO SEGUNDO OS SÓCIOS DO IAGP: UMA HISTORIOGRAFIA REGIONALISTA

No século XIX, o estudo da História desempenhou papel fundamental no processo de configuração da identidade nacional brasileira.

Naquela época, a tarefa de escrever a História Nacional foi atribuída especialmente aos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 21 de outubro de 1838 no Rio de Janeiro². A História do Brasil por eles escrita teve, entre suas finalidades, exaltar feitos patrióticos do passado (especialmente os momentos de batalha em defesa do Brasil) e assim construir a identidade da nação brasileira. Nesse sentido, a História Nacional escrita pelos membros do IHGB não comportava movimentos de caráter separatista (incluindo os ocorridos em Pernambuco), pois estes abalavam a idéia de Unidade Nacional, um dos principais alicerces daquela identidade³.

Na tentativa de romper a hegemonia do IHGB sobre a História do Brasil, foi fundado, em 28 de janeiro de 1862, o Instituto Arqueológico

⁽²⁾ Sobre o projeto de História Nacional do IHGB, vide GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1: 5-27, 1988.

⁽³⁾ Um dos mais importantes exemplos dessa História Nacional é a *História Geral do Brasil* do Visconde de Porto Seguro, Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), membro do IHGB e amigo íntimo do imperador D. Pedro II. Cf. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. 10ª edição. Belo Horizonte/ São Paulo: Ed. Itatiaia/ EDUSP, 1981. 3v.

e Geográfico Pernambucano (IAGP), constituindo o primeiro Instituto Histórico regional. Os sócios do IAGP, como os membros do IHGB, também respeitavam a Unidade Nacional e buscavam lições de patriotismo no passado, com a peculiaridade, porém, de que "os diferentes temas da história nacional só pareciam ter sentido quando interligados a um enfoque mais local"⁴. Com efeito, segundo os membros do IAGP, as maiores lições de patriotismo, de amor pelo Brasil, estavam na História de Pernambuco, da qual destacavam os seguintes acontecimentos:

a) A expulsão dos holandeses de Pernambuco em 27 de janeiro de 1654. É considerado o fato mais importante, pois, segundo o sócio Francisco Muniz Tavares, os pernambucanos contribuíram para a manutenção da Unidade Nacional ao restituírem seu território espontaneamente à coroa portuguesa, da qual não receberam auxílio para derrotar o invasor holandês⁵. Artigos sobre a expulsão dos holandeses são encontrados na *Revista do IAGP* tanto no período imperial quanto na República;

b) A denominada Guerra dos Mascates, de 10 de novembro de 1710, quando a "nobreza" de Olinda revoltou-se contra o Governador Sebastião de Castro e Caldas, por este ter elevado Recife à categoria de vila. Pouco referido no Império, no período republicano esse fato ganhou destaque na *Revista do IAGP*, sendo considerado pelos sócios do Instituto como o primeiro movimento republicano da história do Brasil;

c) A Revolução Pernambucana de 1817, de tendência liberal e separatista, que fundou um Governo Provisório em Pernambuco⁶;

d) A Confederação do Equador de 1824, que teve como estopim a revolta de alguns líderes pernambucanos contra a dissolução

⁽⁴⁾ SCHWARCZ, Lília K. Moritz. *Os guardiões da nossa história oficial. Os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IDESP, 1989. p. 38.

⁽⁵⁾ Cf. RIAGP n° 3 (1864), p. 72. Sobre a expulsão dos holandeses de Pernambuco, vide MELLO, Evaldo Cabral de. *Olinda Restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Forense-Universitária/EDUSP, 1975. Nesse trabalho, o autor afirma que a guerra da expulsão dos holandeses foi sustentada, em sua fase final, muito mais pelos recursos financeiros e bélicos dos pernambucanos que pelos da Coroa portuguesa que, depois de 1640, empenhava-se no combate aos espanhóis nas fronteiras do reino.

⁽⁶⁾ Sobre a Revolução de 1817, vide MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

da Assembléia Constituinte pelo Imperador D. Pedro I, em 12 de novembro de 1823. Chegou a ser formada uma junta governativa independente, encabeçada por Pais de Andrade.

Na perspectiva dos sócios do IAGP, os acontecimentos acima mencionados configuravam uma tradição pernambucana na luta pela liberdade e pela manutenção da Unidade Nacional brasileira. Desse modo, situando-se em um contexto de busca da identidade regional - quando também outras regiões do Brasil tentavam afirmar-se diante da formação do Estado Nacional⁷ - e reconhecendo o processo de decadência econômica por que passava Pernambuco desde o início da segunda metade do século XIX⁸, os sócios do IAGP pretendiam demonstrar que, na História do Brasil, sua região era a mais importante. Ou seja, procuravam provar que "a história pátria (...) é a história de Pernambuco"⁹.

Por outro lado, cabe ressaltar que os membros do IAGP adaptaram aqueles acontecimentos ao momento político que viviam. Assim, enquanto no Império caracterizaram os fatos acima citados como precursores da independência nacional, que instituiu a Monarquia, na República interpretaram-nos como precursores da proclamação de 15 de novembro de 1889. Vejamos alguns exemplos:

"Senhores, depois do dia 7 de setembro de 1822, precedido do 6 de março de 1817, não há para esta província outro que mereça ser tão festejado como o 27 de Janeiro de 1654"¹⁰.

Ou então:

"(...) Pernambuco (...) tão rica de tradições gloriosas (...) que, por ocasião da invasão holandesa, pôs à prova o valor de seus filhos, combatendo pela religião, pela pátria e pela liberdade; que em 1710 precedeu a Minas Gerais na gloriosa tentativa para a independência do Brasil; que em 1817 como que preparou o 7 de Setembro de 1822; ela que,

(7) Sobre a historiografia de outros institutos históricos regionais, como, por exemplo, o de São Paulo, vide SCHWARCZ, *Op. cit.*

(8) Sobre a situação econômica de Pernambuco naquela época, vide EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Tradução de João Maia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

(9) RIAGP nº 37 (1890), p. 53.

(10) RIAGP nº 33 (1887), p. 7.

em uma palavra, em 1824, provou mais uma vez a altivez de caráter dos pernambucanos (...)"¹¹.

Observe-se, nos trechos acima, a vinculação das datas mencionadas com a independência nacional, denotando respeito ao Império que a mesma instituiu. No entanto, note-se a mudança de perspectiva nos seguintes casos:

"Com a restauração demos o primeiro passo para a liberdade; mais tarde sacudiríamos o domínio português com o reconhecimento de nossa nacionalidade em 1822, depois das tentativas infelizes de 1710, em que Bernardo Vieira de Mello, no paço da comarca de Olinda, alçou, no 10 de Novembro, o primeiro grito de independência e de república que ecoou no Brasil e de 1817, quando foi proclamado o regime republicano que tão poucos dias de existência devia ter, e de 1824 sendo de novo erguido o estandarte da mais pura democracia com a malfadada república do Equador. Por fim, senhores, em Novembro de 1889 deu-se a mudança definitiva de nossa forma de governo, sendo a monarquia, a que estávamos sujeitos desde 1500, substituída pela república federativa"¹².

E também:

"Em 1710 a guerra dos mascates é a primeira e forte manifestação do sentimento da nacionalidade brasileira. Em 1817 as idéias republicanas da América do Norte lá encontraram eco. Em 1824, Pernambuco prefere separar-se do Império a permanecer na união sob o regime autocrático do primeiro imperador. Em 1848, parece que esse espírito de resistência e de iniciativa deu o seu último lampejo"¹³.

Esses últimos são trechos de artigos publicados em *Revistas do IAGP* no período republicano, e expressam a adesão dos sócios daquele Instituto ao novo regime. Observe-se, as datas deixaram de ser vinculadas unicamente à independência, para o serem, em primeiro lugar, à proclamação da República. Note-se, também, a citação da data de 1848, relativa à denominada Revolução Praieira, que não foi mencionada em nenhum momento durante o Império, mas que, na República, foi muito citada. Provavelmente, tal situação decorreu da condição da Praieira como última

(11) RIAGP nº 35 (1888), p. 94.

(12) RIAGP nº 44 (1893), pp. 117-118.

(13) RIAGP nº 37 (1890), p. 44.

rebelião local sufocada por D. Pedro II, após o que iniciou-se o processo de consolidação da centralização monárquica no país¹⁴.

A partir das análises acima, pode-se afirmar que a História de Pernambuco escrita pelos sócios do IAGP tinha caráter regionalista¹⁵, pois, se aqueles respeitavam a Unidade Nacional e apoiavam os regimes de governo vigentes (Império no princípio e República mais tarde), tentavam, ao mesmo tempo, garantir uma posição privilegiada para sua região na História do Brasil.

Observe-se também que, ao adaptarem a História de Pernambuco a diferentes momentos, vinculando-a primeiro ao Império e posteriormente à República, realizavam um ato de seleção¹⁶ e interpretação, demonstrando que aquela História não estava "pronta" nos documentos, como pretendiam, mas que eles a construíam de acordo com seus interesses no presente.

III - O CULTO AOS HERÓIS NO "LEÃO DO NORTE"

Segundo os sócios do IAGP, os exemplos máximos da tradição patriótica de sua região foram dados pelos heróis¹⁷ pernambucanos, os

⁽¹⁴⁾ Sobre as diferentes interpretações da Revolução Praieira, bem como sua apropriação por historiadores e políticos até a década de 1920, vide MARSON, Izabel de Andrade. *O Império do Progresso: a revolução praieira em Pernambuco (1842-1855)*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

⁽¹⁵⁾ Adota-se aqui o conceito do *brazilianist* Robert Levine, segundo o qual regionalismo é "um comportamento (político) caracterizado, de um lado, pela aceitação de uma unidade política mais abrangente, mas, de outro, pela busca de um certo favoritismo e de uma certa autonomia de decisão (...)" LEVINE, Robert. *A velha Usina. Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937*. Tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. p. 23.

⁽¹⁶⁾ O historiador francês Lucien Febvre afirmou em certa oportunidade, que "toda história é seleção", e que os fatos, "é o historiador que os forja. Não é, como ele diz, 'o Passado'. Ou por uma estranha tautologia, 'a história'" FEBVRE, Lucien. *Combates pela História*. Tradução de Leônor Martinho Simões e Gisela Moniz. 2ª edição. Lisboa: Editora Presença, 1985. p. 23.

⁽¹⁷⁾ No presente trabalho são considerados heróis aqueles indivíduos cujos feitos tiveram "enorme significação para a vida da comunidade". Cf. HOOK, Sidney. *O Herói na História*. Tradução de Iracilda M. Damasceno. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1962. p. 131.

líderes e personagens principais de cada um dos acontecimentos elencados acima, cultuados através de artigos publicados na *Revista do IAGP* e da edificação de monumentos.

Durante o Império, os heróis mais cultuados pelos sócios do IAGP foram aqueles que participaram da restauração pernambucana de 1654, sendo eles: João Fernandes Vieira, Henrique Dias, André Vidal de Negreiros e Filipe Camarão.

O privilégio concedido aos heróis da restauração fica claro nas palavras do sócio João José Pinto Júnior:

“(...) para comemorar o denodo e patriotismo dos heróis que por tantos anos souberam sustentar a luta e conseguir por último a vitória contra o poder da Holanda, é que também foi criado este Instituto (...)”¹⁸.

Dentre os heróis de 1654, o mais homenageado pelos sócios do IAGP foi João Fernandes Vieira, que mereceu artigos tanto no Império quanto nos anos iniciais da República. Segundo o sócio Salvador Henrique, João Fernandes Vieira, sem auxílio de Portugal, empenhou sua coragem e sua fortuna na guerra contra os holandeses, sendo assim um exemplo do patriotismo pernambucano a ser cultuado e imitado. Por isso, Salvador Henrique afirmou:

“Venere-o a posteridade e sejam suas virtudes imitadas”¹⁹.

O herói André Vidal de Negreiros mereceu a publicação do seu testamento (de 14 de maio de 1678) e dos seus codicilos (o primeiro de 9 de janeiro de 1680 e o segundo de 27 de janeiro do mesmo ano)²⁰, além de uma notícia acerca da sua biografia²¹. Henrique Dias teve seu retrato publicado na página 727 do número 24 da *Revista do IAGP*.

No início da República, os sócios do IAGP mantiveram a mesma intenção que tinham no Império: garantir o reconhecimento da importância nacional dos heróis pernambucanos. No entanto, seu projeto ganhou nova dimensão, pois a República recém-proclamada não tinha uma História nem um herói oficial. Nutriam, assim, a esperança de vencer o que José Murilo de Carvalho denominou “a batalha pela construção de uma

⁽¹⁸⁾ RIAGP nº 37 (1890), p. 5.

⁽¹⁹⁾ RIAGP nº 5 (1864), p. 172.

⁽²⁰⁾ RIAGP nº 14 (1870), pp. 67-88.

⁽²¹⁾ RIAGP nº 16 (1870), pp. 213-220.

versão oficial dos fatos, a luta pelo estabelecimento do mito de origem" da República brasileira, quando foram postos em jogo "a definição dos papéis dos vários atores, os títulos de propriedade que cada um julgava ter sobre o novo regime, a própria natureza do regime"²².

Conforme indicado anteriormente, o advento da República possibilitou aos sócios do IAGP escrever sobre a Revolução Praieira de 1848. A partir de então, puderam também exaltar Joaquim Nunes Machado, herói daquele movimento.

Maximiano Lopes Machado, narrando o acontecimento de 1848, procurou provar que Nunes Machado morreu lutando, quando averiguava o local por onde pretendia atacar o quartel da Soledade e foi atingido, no rosto, por uma bala que lhe atravessou a cabeça. Segundo Lopes Machado:

"Nunes Machado não morreu dentro de casa, como morrem os enfermos, inválidos e covardes; não foi assassinado por ninguém; caiu sobre a terra nua, vigoroso e forte em ação contínua da guerra; caiu, como caem os bravos sem voltar costas ao perigo"²³.

Com efeito, e conforme Lopes Machado buscava ressaltar, o herói se distingue dos homens comuns por lutar até a morte pelo bem de sua coletividade.

A fim de perpetuar a imagem dos heróis pernambucanos, seus retratos foram dispostos nos salões do IAGP e foram erguidos pequenos monumentos, como uma lápide comemorativa posta em frente à residência de João Fernandes Vieira, em 1864, e uma coluna de mármore em frente à fortaleza das Cinco Pontas, em Recife, construída no ano de 1869, para homenagear os heróis de 1654. Porém, os sócios do IAGP lamentavam não poderem erguer estátuas dos seus heróis:

"Para honrar a memória dos venerandos patriotas que pugnaram pela libertação de Pernambuco, já resolveu o Instituto que se erigissem nesta cidade suas estátuas e não executou ainda essa resolução pela insuficiência dos recursos de que dispõe"²⁴.

⁽²²⁾ CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 35.

⁽²³⁾ *RIAGP* nº 37 (1890), p. 31.

⁽²⁴⁾ *RIAGP* nº 6 (1864), p. 37.

Em substituição às estátuas, os sócios do IAGP recorreram aos túmulos dos heróis, localizados através da consulta a documentos históricos e da exumação dos cadáveres. No período analisado, foram descobertas as sepulturas de João Fernandes Vieira e de Joaquim Nunes Machado. Os túmulos desses heróis constituíram substitutos apropriados das estátuas, posto que simbolizavam o ponto alto dos seus feitos, o momento em que, pelo seu ideal, sacrificaram a própria vida.

IV - O HERÓI NACIONAL REPUBLICANO: BERNARDO VIEIRA DE MELLO OU TIRADENTES?

Os trabalhos mais importantes do IAGP em relação aos heróis pernambucanos no início da República foram realizados pelo sócio José Domingues Codeceira, empenhado em conquistar para eles o título de heróis republicanos em nível nacional.

Porém, a perspectiva do Governo Provisório da República foi diferente. Através do Decreto nº 155B, de 14 de janeiro de 1890, foi determinado que seria considerado dia de festa nacional o dia "21 de abril, consagrado à comemoração dos precursores da Independência Brasileira, resumidos em Tiradentes"²⁵. A partir desse Decreto, Tiradentes tornou-se oficialmente herói fundador da República no Brasil. A determinação de um feriado nacional em sua homenagem visava legitimá-lo como herói nacional frente à população brasileira.

Codeceira indignou-se com a decisão do Governo Provisório e, em reunião realizada no salão do IAGP no dia 6 de fevereiro de 1890, levantou-se de sua cadeira, "dando um brado de solene protesto para que esta glória [fosse] reivindicada a Pernambuco, a quem de direito pertence, por ter sido a primeira província que em seu solo plantou a soberba árvore da independência brasileira, regando-a com o precioso e generoso sangue de seus filhos"²⁶.

A partir de então, Codeceira passou a sustentar, entre os anos de 1890 e 1893, um debate no qual defendeu a idéia de que Bernardo Vieira

(25) *Decretos do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. p. 65.

(26) *RIAGP* nº 37 (1890), p. 53.

de Mello, líder da Guerra dos Mascates de 1710, era quem merecia o título de herói republicano no lugar de Tiradentes²⁷.

Segundo Codeceira, Bernardo Vieira de Mello deveria ser considerado herói nacional por ter lutado e morrido em nome do ideal republicano "(...) muito antes de ser nascido Tiradentes (...) "²⁸. Apoiou sua proposta em documentos segundo os quais, em 10 de novembro de 1710, na Câmara de Olinda, Bernardo Vieira de Mello propôs que fosse declarada "a forma de governo republicano 'ad-instar' dos venezianos"²⁹, cabendo-lhe, assim, "a glória de ter sido o primeiro que no solo americano e em Pernambuco, tentou pôr em prática a independência nacional e com ela o governo republicano, pagando com a vida na cadeia do Limoeiro os seus impulsos patrióticos"³⁰.

Portanto, de acordo com Codeceira, o pioneirismo de Bernardo Vieira de Mello, comprovado pelos documentos históricos, era qualidade suficiente para que o mesmo fosse considerado herói nacional da República.

Em 1890, a Intendência Municipal de Olinda e o Clube Republicano Olindense promoveram festa em homenagem a Bernardo Vieira de Mello, inaugurando, no dia 10 de novembro daquele ano, uma pedra comemorativa em frente à Câmara de Olinda. Tais manifestações contribuíram para o projeto de Codeceira, ao apontarem para a possibilidade de resistência à comemoração do dia 21 de abril em Pernambuco³¹.

Entretanto, aquela data já era festejada no Brasil, iniciando a consolidação da imagem de Tiradentes como herói nacional. Em São Paulo, por exemplo, o dia 21 de abril foi comemorado em 1890, conforme noticiado:

"Realizou-se ontem à noite uma passeata cívica em homenagem à memória de Tiradentes. Grande massa popular, precedida de uma banda de música, depois de percorrer diversas ruas da cidade, foi cumprimentar o Dr. Governador do Estado e as redações dos jornais"³².

⁽²⁷⁾ Os artigos de Codeceira aqui analisados foram reunidos em uma coletânea. Vide CODECEIRA, José Domingues. *A Idéia Republicana no Brasil: prioridade de Pernambuco*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Ed. Massangana, 1990.

⁽²⁸⁾ *RIAGP* nº 45 (1894), p. 94.

⁽²⁹⁾ *RIAGP* nº 37 (1890), p. 58.

⁽³⁰⁾ *RIAGP* nº 37 (1890), p. 58.

⁽³¹⁾ Cf. *RIAGP* nº 40 (1891).

⁽³²⁾ *O Estado de S. Paulo*, 21/04/1890, p. 1.

A última manifestação de Codeceira a favor de Bernardo Vieira de Mello ocorreu em discurso lido em reunião dos sócios do IAGP no dia 10 de agosto de 1893, o qual foi publicado na *Revista do IAGP* nº 45, do ano de 1894. Em sua fala, Codeceira cumprimentou o Senador pernambucano Gaspar de Vasconcellos Menezes de Drummond "pelo brilhante discurso proferido no senado federal, defendendo e sustentando como digno pernambucano, o direito deste estado, quando ali se votou a proposta consignando no orçamento uma quota para se erigir na *capital federal* uma estátua a Tiradentes, como o precursor da nossa independência nacional"³³.

Com efeito, a referida votação ocorreu no Congresso Nacional na sua 48ª sessão, em 7 de julho de 1893. Naquele dia, o Senador Menezes de Drummond assim se pronunciou:

"Sr. Presidente, visa a proposição, que V. Ex. acaba de sujeitar a debate, a ereção de um monumento a Tiradentes, como o precursor da República no Brasil. Impugno a proposição e impugno-a em nome dos fatos"³⁴.

O Senador defendeu Bernardo Vieira de Mello como merecedor do título de herói nacional, apoiando-se nos estudos de Codeceira. No entanto, a votação no Senado foi favorável a que se erguesse a estátua, significando a consolidação de Tiradentes como herói nacional. Codeceira tinha noção disso e afirmou:

"Hoje não basta que por um decreto do governo provisório seja considerado de festa nacional o dia 21 de abril consagrado à comemoração dos precursores da independência brasileira, resumidos em Tiradentes; é preciso que se levante uma estátua para que fique mais essa mentira perpetuada no bronze"³⁵.

Fracassava, assim, o projeto de Codeceira, ficando comprovado que Bernardo Vieira de Mello não tinha "a cara da nação", que o seu pioneirismo não era atributo decisivo na escolha do herói republicano. Como escreveu José Murilo de Carvalho:

⁽³³⁾ *RIAGP* nº 45 (1894), p. 34.

⁽³⁴⁾ *Anais do Senado Federal*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. p. 196.

⁽³⁵⁾ *RIAGP* nº 45 (1894), p. 99.

"Herói que se preze tem de ter, de algum modo, a cara da nação. Tem de responder alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo coletivamente valorizado"³⁶.

Segundo o autor acima citado, entre os atributos que garantiram a Tiradentes o status de herói nacional, podem ser relacionados os seguintes: aproximação de sua imagem com a de Jesus Cristo - penetrando a mentalidade predominantemente católica da população brasileira -, bem como sua origem geográfica - pois era um herói do sudeste, região brasileira economicamente dominante desde o início da segunda metade do século XIX³⁷.

Ademais, enquanto Codeceira preocupou-se em revestir a história de Bernardo Vieira de Mello de objetividade e certezas - fundamentadas em argumentos como a "verdade histórica" contida em documentos -, Tiradentes saiu-se vitorioso no duelo simbólico pelo status de herói nacional porque a narrativa de sua figura histórica não é exata, pairando inúmeras dúvidas sobre a mesma. Com efeito, por ser nebulosa, a história de Tiradentes comporta várias definições e perspectivas, sendo portanto mais eficaz para traduzir, no plano imaginário, os interesses diversificados das regiões brasileiras.

Além disso, enquanto Bernardo Vieira de Mello pertencia aos grupos dominantes da sociedade pernambucana do século XVIII, Tiradentes foi um alferes³⁸. Adotando este último como herói nacional, pretenderam as novas lideranças nacionais que a parcela mais desfavorecida, a maioria da população brasileira, se sentisse representada na História da República.

Consolidado Tiradentes como herói nacional, restou aos sócios do IAGP limitar o culto de seus heróis ao nível regional.

⁽³⁶⁾ CARVALHO, José Murilo de. Op. cit., p. 55.

⁽³⁷⁾ *Idem, ibidem*, pp. 55-73.

⁽³⁸⁾ Como afirma Paulo Miceli, Tiradentes era um tipo "popular, (...) foi dentista e, depois, mascate mal sucedido em Minas Novas, razão da sua entrada na cavalaria." MICELI, Paulo. *O Mito do Herói Nacional*. São Paulo: Editora Contexto, 1988. p. 44.